

EXPRESSO		AVANTE	
SEMPRE FIXE		PORTUGAL SOCIALISTA	
TEMPO		POVO LIVRE	
O JORNAL		ALAVANCA	
NOVA TERRA		UNIDADE	
VOZ PORTUGALENSE		LUTA POPULAR	
		PODER POPULAR	
		BARCA NOVA	28-12-79

Em entrevista a Barca Nova MELO BISCAIA faz o balanço da sua actividade no governo



Melo Biscaia, advogado e político local com prestígio reconhecido por todos os quadrantes, concedeu a barca nova uma entrevista que é a um tempo o balanço da sua actividade enquanto Secretário de Estado da População e Emprego e a confirmação plena da linha de pensamento e acção que desde muito antes de 25 de Abril o causídico local preconiza e defende.

Prestes a abandonar o cargo que ocupou com brilhantismo, barca nova felicita o nosso conferrâneo e regozija-se pelo facto de Melo Biscaia ter pertencido a um Governo que foi um Governo coerente, progressista e digno.

— Por que aceitou fazer parte do V. Governo Constitucional?

Em primeiro lugar, porque entendi contribuir com a minha participação para a execução do programa deste Governo, que me agradava plenamente.

Depois, porque conhecendo a composição do elenco governativo, ela me satisfazia, de uma maneira geral, dada a sua tónica política.

Mas, muito especialmente, também porque quem me convidou foi o Dr. Sá Borges. Para além da boa amizade que nos liga, há muito que lhe reconheço invulgares qualidades para exercer um cargo político, por mais difícil que seja.

Com o Dr. Sá Borges, como Ministro e com o Dr. Vasco Ribeiro Ferreira, como Secretário de Estado do Trabalho, decidi-me a formar equipa com eles, aceitando a Secretaria de Estado da População e Emprego.

Não posso deixar de dizer que ainda influa igualmente nessa minha decisão o facto de o Governo ser chefiado pela Engenheira D. Maria de Lurdes Pintassilgo, que não conhecia pessoalmente, mas que, pelas posições já assumidas, me oferecia a maior confiança política.

— E a sua experiência governativa, como a classifica?

Foi, sem dúvida, uma experiência muito rica, permitindo-me sentir mais útil ao meu País e ao regime de-

mocrático. Tive a oportunidade de mais me realizar como homem político, que sempre viveu preocupado com a solução dos problemas nacionais e em contribuir para a construção de uma sociedade assente nas traves mestras da Liberdade, da Justiça, da Solidariedade e da Igualdade.

Contactei mais de perto com os problemas que afligem os portugueses e, no âmbito do departamento que me foi confiado, procurei dar-lhes a melhor resposta.

Fiz, enfim, o que pude, condicionado, claro, pelas minhas próprias limitações e ainda pelo horizonte curto deste Governo.

Tenho, porém, a consciência tranquila, pois trabalhei com entusiasmo, com seriedade e dedicação, fiel aos princípios que sempre me nortearam e que são os do socialismo democrático, a alcançar pacífica e progressivamente através da via social-democrática.



EXPRESSO		AVANTE	
SEMPRE FIXE		PORTUGAL SOCIALISTA	
TEMPO		POVO LIVRE	
O JORNAL		ALAVANCA	
NOVA TERRA		UNIDADE	
VOZ PORTUCALENSE		LUTA POPULAR	
		PODER POPULAR	
		BARCA NOVA	28-12-79

Em entrevista a Barca Nova, Melo Biscaia faz o balanço da sua actividade no Governo

■ DA PAG. 1

Está, então, satisfeito com a sua acção na Secretaria de Estado da População e Emprego?

Havia e há tanto a fazer no âmbito deste Departamento Governamental que tenho, evidentemente, a noção de que mais se impunha realizar.

Quem pode estar satisfeito com índice ainda tão elevado de desemprego?

Mas, sabendo-se que não é o Ministério do Trabalho ou esta Secretaria de Estado que podem, só por si, resolver esse magno problema do desemprego — sabendo-se que a solução desse problema tem de passar, sim, pelo sector económico, fomentando o investimento privado, a criação de postos de trabalho e também dinamizando e reorganizando o sector público do Estado — parece-me, francamente, que o saldo é positivo.

Antes de mais, tive a preocupação de estabelecer o diálogo com os parceiros sociais, com base na confiança e respeito mútuos.

Com essa abertura, resolveram-se muitos assuntos, desbloquearam-se muitas situações que estavam num impasse.

Impõe-se-me reconhecer que esse diálogo foi sempre muito proveitoso, encontrando da parte dos parceiros sociais a melhor compreensão, boa vontade, responsabilidade e boa preparação para a discussão.

Dentro das disponibilidades orçamentais, deu-se apoio financeiro a muitas empresas em situação difícil, procurando não só manter postos de trabalho, mas ainda ajudando-as a recuperar e até a expandir-se, criando novos postos de trabalho. Com a actualização do salário mínimo — que surgiu como a primeira contrapartida ao inevitável aumento de preços, com que o Governo teve de confrontar-se logo no início do seu mandato —, fez-se a revisão do regime legal do subsídio de desemprego. Não só se aumentou substancialmente esse subsídio, como se alargou o seu âmbito, estabelecendo-se que a ele tenham acesso os jovens desempregados com encargos familiares.

Criou-se também o chamado prémio de colocação, que é um prémio pecuniário a que terão direito todos os desempregados que, sem a actualização dos Serviços de Emprego, consigam, por sua própria iniciativa, colocar-se.

No campo da formação profissional, foram muitas as acções que se desenvolveram.

Houve cursos variados nos Centros e também se fez formação profissional nas empresas.

Cursos para estagiários, cursos de aperfeiçoamento e reciclagem, cursos em colaboração com autarquias locais, etc.

Realizaram-se alguns seminários orientados por peritos estrangeiros e os nossos técnicos participaram em reuniões noutros países.

Conseguiu-se um despacho conjunto com a Secretaria de Estado do Ensino Básico e Secundário, com muita importância para a orientação profissional.

Estabeleceu-se um acordo com o INSCOOP para a formação de quadros das cooperativas, suportando a SEPE os custos dos respectivos cursos e prestando toda a colaboração necessária, através dos seus Serviços. Ciente do papel relevante que as cooperativas podem e devem desempenhar no nosso País, esteve esta Secretaria de Estado sempre aberta a dar-lhes o seu apoio financeiro ou qualquer outra espécie de auxílio ou incentivo.

Criou-se, por decreto-lei, o Instituto do Emprego e da Formação Profissional e, por resolução do Conselho de Ministros, criou-se também a Comissão Interministerial para o Emprego (CIME), à qual competirá essencialmente definir uma política global de emprego, cuja falta se vem sentindo.

Através da sua Comissão de Reabilitação de Deficientes, a SEPE desenvolveu uma constante acção neste sector. Destacarei apenas o seguinte: auxílio financeiro a várias instituições, revitalização da colaboração com o Secretariado Nacional da Reabilitação, despacho determinando a supressão das barreiras arquitectónicas nos edifícios da SEPE (foi, assim, o primeiro departamento do Estado a tomar esta iniciativa).

É por essa Secretaria de Estado que correm os processos de despedimentos colectivos. Porque é que a S.E.P.E. anulou um despacho que, no Governo anterior permitira o despedimento dos trabalhadores da «Standard Eléctrica»? E porque é que a S.E.P.E. não proibiu os despedimentos na «Preh»?

Quanto ao caso da «Standard Eléctrica» na verdade, fez-se a revisão do processo de despedimento colectivo, alertado como fui pelas organizações sindicais, logo que tomei posse, de que tinham sido cometidas nele irregularidades. Verifiquei que, efectivamente, houvera preterição de uma formalidade essencial e que, com isso, se violaram os direitos fundamentais dos trabalhadores, constantes da lista dos despedimentos.

É que a esses trabalhadores, contrariamente ao que dispõe a lei, não

foi feita a comunicação de que estavam incluídos numa lista final de despedimento. E, assim, eles nem sequer puderam utilizar um crédito de horas, prescrito por lei, para procurar novo emprego!

Impunha-se, pois, repor a legalidade e daí que tenha decidido não sancionar o que fora determinado por despacho do meu antecessor.

Já no caso da «Preh» não foi possível evitar o despedimento.

O processo decorreu dentro da normalidade legal e, apesar das muitas diligências feitas pela S.E.P.E., não se conseguiu que os trabalhadores despedidos fossem absorvidos por outra empresa, em que a «Preh» detem a maioria do capital.

Sucedeu até que, no decurso do processo, a «Preh» dissolveu, por escritura notarial, a sociedade, acabando, assim, pura e simplesmente com ela. Conduta que é altamente censurável, mas à qual a lei não permite qualquer oposição!

Aproveito para anunciar que fizemos a revisão da lei dos despedimentos colectivos, devendo o projecto desse diploma ser publicado em breve no Boletim do Trabalho e Emprego e posto à discussão pública.

Tivemos, evidentemente, o cuidado de beneficiar o diploma em vigor, não só no que respeita à forma processual, mas também quanto ao fundo da questão, tendo em atenção os direitos e os legítimos interesses dos trabalhadores, que não devem ficar à mercê do querer arbitrário de certas empresas que não atentam devidamente nos problemas sociais e humanos que sempre acarretam os despedimentos.

Na revisão do diploma, a que se procedeu, tentou encontrar-se o equilíbrio entre os interesses em confronto.

Mas não havia um acordo entre a I.T.T. a que pertence a «Standard Eléctrica» e o IV Governo, no qual se previa um grande investimento daquela multinacional no nosso País, desde que lhe fosse permitido o despedimento colectivo?

Que eu saiba, não havia qualquer acordo concretizado. E a verdade é que a mim apenas competia decidir o processo do despedimento colectivo e esse não estava, como já disse, em ordem.

Daí, que tomasse a posição que tomei, com base na aplicação estrita da lei e sem ter que me preocupar com o que, proventura, tivesse sido tratado à margem do processo.

Existe ou não na Secretaria de Estado da População e Emprego um projecto designado por «Programa para o emprego e formação profissional de jovens»?

Se existe, porque não se avançou com esse projecto, fazendo-se aprovar pelo Conselho de Ministros?

Existe, efectivamente, esse programa.

Uma vez que se optou pela criação do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, como forma de, com maior maleabilidade e operacionalidade, se tratarem dos diversos e complexos problemas relacionados com o emprego e com a formação profissional, pareceu-nos que esse programa ou projecto devia ser incluído na acção a desenvolver por aquele Instituto.

Temos grande esperança em tal acção e também em que o referido programa, depois de reexaminado e de sofrer alguns ajustes, possa vir a ser executado.

Com o esquema actual dos Serviços, que o Instituto reformulará profundamente, entendemos ser muito difícil, senão impossível avançar com tal programa. Será, pois, a este Instituto, com autonomia administrativa e financeira, que, competirá, realizar todo um conjunto de acções prévias, de vária natureza, com o objectivo de preparar o lançamento de um programa tão vasto como o referido.